

CAMINHOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

GUILHERME BRITO DE LACERDA

Instituto Federal do Ceará - IFCE

guilhermeblacerda@hotmail.com

CO-AUTOR:

LUCINEIDE PENHA TORRES DE FREITAS

Instituto Federal do Ceará - IFCE

torresdefreitas@uol.com.br

RESUMO

Com ênfase na educação de nível superior, o presente trabalho versa sobre a aplicação das políticas públicas de inclusão educacional para pessoas com deficiência nas instituições públicas localizadas na Região Metropolitana do Cariri – RMC, sul do Ceará. Dado seu caráter diagnóstico, intenta subsidiar as instituições pesquisadas a aprimorar suas ações para que supere os atuais obstáculos e, assim, concorra para a plena inclusão da pessoa com deficiência no meio acadêmico. Configurando um estudo de caso, objetiva verificar a efetividade/perspectivas de inclusão – acesso, autonomia e permanência – traçadas para as pessoas com deficiência nas instituições públicas de ensino superior da referida região. Como aporte teórico, tomou-se como referência Ainscow (1997), Mantoan (2004) e Teixeira (2002). Quanto ao método empreendido, foi dividido em análise documental (estudo dos registros mantidos pelas instituições sobre a temática) e coleta de dados através de entrevistas. Observa-se que os documentos oficiais das instituições ainda precisam de trabalho mais burilado quando enfocam questões de inclusão e acessibilidade, com destaque para firmar metas e prazos mais viáveis. Outrossim, verificou-se que é necessário a elaboração de um trabalho prévio que antecipe-se às demandas da inclusão do público com deficiência, sobretudo instituindo setor responsável pela temática e capacitando os servidores, posto que, de forma geral, as instituições apresentaram alguns descaminhos. É válido também que as instituições tornem-se parceiras nas ações inclusivas, coadunando-se assim com um dos propósitos da implantação da Região Metropolitana.

Palavras-chave: Processos inclusivos. Pessoas com deficiência. Ensino superior. Cariri.

ABSTRACT

With an emphasis on higher education, this paper discusses the application of public policy educational inclusion for people with disabilities in public institutions located in metropolitan Cariri - RMC, south of Ceará. Given his character diagnosis, intends to subsidize the institutions surveyed hone your actions to overcome the current obstacles and thus contributes to the full inclusion of people with disabilities in academia. Setting up a case study aims to assess the effectiveness / perspectives of inclusion - access, autonomy and permanence - drawn to people with disabilities in public institutions of higher education in that region. As a theoretical contribution, we took as reference Ainscow (1997), Mantoan (2004) and Teixeira (2002). As for the method undertaken was divided into document analysis (study of records kept by institutions on the theme) and collecting data through interviews. It is observed that the official documents of the

institutions still need more work when butylated focus issues of inclusion and accessibility, especially to firm targets and deadlines more viable. Furthermore, it was found that the elaboration of a previous work that anticipates up to the demands of the inclusion of the public with disabilities are especially needed instituting sector responsible for the theme and enabling the servers, since, in general, the institutions had some detours . It is also true that institutions become partners in the inclusive actions, and is in line with just one purpose of the deployment of the Metropolitan Region.

Keywords: Inclusive processes. Disabled person. Higher education. Cariri.

1 INTRODUÇÃO

A exclusão educacional no nível superior no Brasil sempre perpetuou a exclusão social a que grande parte da classe trabalhadora brasileira era submetida. Às minorias sociais, então, eram dadas escassas possibilidades de ventilar acesso à educação básica. Chegar ao mais alto patamar educacional, portanto, era quase onírico.

Nessa circunstância, as pessoas com deficiência não tinham meios de transpor as barreiras que se interpunham no caminho educacional e eram alijadas de quaisquer planos educacionais, consideradas pela sociedade tão somente no âmbito da limitação que a deficiência impõe, nunca nas potencialidades que carregam em si.

O número de brasileiros que se autodeclararam com algum tipo de deficiência representa um considerável percentual de 23,9%, segundo o último censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Tendo em vista o histórico distanciamento dessa parcela da população dos bancos escolares, depreende-se que o número de pessoas com deficiência afastadas do meio acadêmico é gigantesco, embora o movimento inclusivo já esteja relativamente fortalecido.

Na região do Cariri, situada ao sul do Ceará, especificamente em suas três principais cidades (Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte), o número de pessoas que se autodeclararam com deficiência reflete a média nacional.

O Cariri, historicamente bem desenvolvido em amplos aspectos (educação, comércio, cultura, dentre outros) vem passando por grandes transformações urbanas. Nesse sentido, surgiu a perspectiva de emancipação para a Região Metropolitana do Cariri - RMC, formada pelos municípios acima citados, em situação de evidente conurbação, e demais municípios limítrofes.

No ensino de nível superior, ela conta com quatro instituições públicas, sendo duas estaduais – Universidade Regional do Cariri (URCA) e Faculdade de

Tecnologia (FATEC Cariri) – e duas federais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Porquanto o conceito de política pública é estrutural para este trabalho, adotou-se a perspectiva de “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público [...] explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento)” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). É fundamental depreender este conceito sob a guarida dos direitos humanos, posto que as políticas públicas impactam na construção da cidadania e, por extensão, são promotoras de transformações sociais.

Ao termo “políticas públicas” subjaz um aspecto essencialmente prático, com resultado direto na vida de muitos cidadãos vitimados pelo distanciamento da norma. Ao subverter a ordem da exclusão, as políticas públicas oferecem condições de se pensar a diversidade sem que isso represente oposição à igualdade de direitos.

É necessário considerar as omissões, as “não-ações”, como formas de manifestações políticas; outrossim, observa-se que as políticas públicas (desde a elaboração ao alcance final) traduzem formas de exercício de poder político. Sob este prisma, quanto mais a sociedade civil contribuir para a orientação de uma política, maior demonstração de seu exercício político.

Para Ainscow (1997) a inclusão no ambiente escolar necessariamente perpassa pela reestruturação das práticas pedagógicas a fim de dar efetiva resposta à diversidade/heterogeneidade dos estudantes. Nesse sentido, o entendimento das políticas públicas que visam à inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é bastante oportuno para se tentar criar um termômetro do quanto à temática da inclusão já avançou, pois este é o nível educacional em que, historicamente, menos pessoas com deficiência puderam chegar.

Ao seu turno, considerou-se o aporte de Sasaki (1997), o qual atesta que, a inclusão é um movimento social de grande repercussão, caracterizado pela organização de grupos que sofreram fortes impactos sociais que o mantiveram em situação de exclusão por parte dos poderes públicos e que ora atuam para garantir sua inserção no mundo econômico, cultural e social.

Consoante a esta fundamentação teórica, o trabalho consolida-se no lume da Declaração de Salamanca, ao proclamar que os sistemas de educação devem ser designados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade das características e necessidades humanas e, de forma complementar,

acrescenta que crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia capaz de ir ao encontro destas necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

2 OBJETIVOS

A órbita deste empreendimento gira em torno do objetivo-mor de averiguar como as universidades públicas do Cariri vêm agindo para oferecer perspectivas de inclusão às pessoas com deficiência. De forma complementar, busca atender também aos seguintes objetivos específicos: analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no quesito inclusão da pessoa com deficiência; verificar se há ações inclusivas nas universidades públicas caririenses; registrar ações pontuais que as universidades públicas desenvolvem em prol da inclusão em nível de extensão e de pesquisa.

O tema da acessibilidade da pessoa com deficiência na educação superior é neófito, assim representa um novo setor dentro da árvore de conhecimento da educação e sua interface com a inclusão. Nesse caminho, o presente trabalho toma por baliza documentos de ordem legal e também teorias acerca da inclusão de maneira mais geral e irrestrita, que se aplicam devidamente a todos os níveis e modalidades de ensino.

3 METODOLOGIA

Em função da natureza da pesquisa, caracterizada como um estudo de caso de traço descritivo, a coleta de dados foi delimitada, de forma operacional, na rota dos seguintes passos: a) Analisar o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições; b) Verificar documentos outros que norteiam programas e/ou projetos de caráter inclusivo (ligados ao Ensino ou à Extensão); c) Via entrevistas, captar dos responsáveis pela inclusão em cada instituição informações sobre as condições oferecidas na seara da inclusão.

Em cada instituição, há uma configuração distinta acerca da aplicação das políticas públicas que visam incluir a pessoa com deficiência no ensino regular, inclusive alocados em setores/departamentos específicos, o que resultou em entrevistas com atores distintos, sem correlação entre instituições.

4 RESULTADOS

4.1 Universidade Regional do Cariri – URCA

A URCA é a única universidade no universo pesquisado que atualmente atende alunos com deficiência em seu quadro regular; numa leitura mais aligeirada, este fato poderia distinguir, por si só, o caráter inclusivo desta instituição. Contudo, uma análise mais abrangente acaba conduzindo a uma outra leitura.

No Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2014) da instituição, a temática da inclusão da pessoa com deficiência está aquém das atuais demandas regionais, haja vista ter sido bordada exclusivamente quando trata da adequação da infraestrutura, o que demonstra que a instituição não incorporou plenamente os valores da inclusão na sua missão.

A entrevista realizada com o responsável pela Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação - PROPLAN oportunizou entender como se deu o acesso dos primeiros alunos com deficiência e de como a instituição vem lidando com este fenômeno.

A primeira lacuna detectada é a ausência de um setor responsável pela inclusão. Quanto à alocação de equipamentos e à destinação de recursos para promover ações inclusivas, o entrevistado informa que “O Governo não encaminha recurso específico para isso, o que é um contrassenso que nos levou a ter que fazer um remanejamento de verba para poder comprar alguns equipamentos básicos para os alunos que já estão”.

A carência de uma política pública de inclusão no âmbito institucional evidencia-se na ausência de tratamento prévio da questão. “Não nos preparamos para receber este público. Inclusive, se tivéssemos nos preparado, não estaríamos atravessando tantas dificuldades como agora”.

A observação das instalações físicas da universidade permite, de modo geral, avaliar que a questão da adaptação arquitetônica está muito abaixo do que se espera de um espaço público. A exemplo, as poucas rampas localizadas nas áreas de circulação interna do seu principal *campus* têm inclinação transversal muito acima dos 2% admitidos pela ABNT e apresentam superfície irregular.

Embora ocorra de forma ulterior à entrada dos primeiros alunos com deficiência identificados pela instituição, a busca por aprimoramento por parte da administração demonstra que a questão da aceitação da inclusão no espaço acadêmico encontra-se em pauta.

4.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – *Campi Juazeiro do Norte e Crato*

Nos *campi* avaliados não foram registradas matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, somente no técnico.

O movimento inclusivo no IFCE foi acionado a partir de um projeto denominado Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - que visa atingir toda a Rede Federal de Educação Tecnológica e nasceu para implantar e expandir a oferta de educação profissional destinada a pessoas com deficiência.

Conquanto tenha sido instituído no âmbito do MEC, não teve caráter compulsório, sendo marcado pela adesão voluntária. O *campus* de Juazeiro do Norte deu o primeiro passo ao agregar alguns servidores para formar o NAPNE em 2008. Iniciando suas atividades através de projetos de extensão, passou paulatinamente a incorporar uma cultura inclusiva em suas ações, criando uma atmosfera que promoveu a entrada de alunos com deficiência visual para estudar nos cursos técnicos, porém, ainda sem registro no nível superior.

Atualmente este *campus* tem projeto arquitetônico bastante adequado, embora necessite passar por alguns aprimoramentos, sobretudo na sinalização e nas áreas externas (calçadas, estacionamentos e vias).

O *campus* Crato teve experiência diversa, posto ter aderido ao programa TEC NEP sem, no entanto, ter implantado o NAPNE nem possuir qualquer expertise outra na área, quando teve que aceitar dois alunos com deficiência visual aprovados para o curso Técnico em Agropecuária. Após o acesso, devido à falta de assistência, os alunos tiveram que acionar o Ministério Público para assegurar seu direito de permanência.

Somente depois desta experiência, este *campus* constituiu NAPNE próprio, o qual, atualmente, já tem sala específica e conta com alguns equipamentos.

No PDI em vigor no IFCE não há demanda para a educação inclusiva no *campus* Crato e há poucas para o *campus* Juazeiro do Norte, o que mostra a importância de um setor mais estruturado para demandar ações e estratégias que antevejam as condições de acesso, permanência e saída com sucesso para alunos com deficiência.

Para aprofundar esta pesquisa, as entrevistas aconteceram com o Diretor de Administração do *campus* Juazeiro do Norte e com a Pedagoga e Coordenadora do NAPNE do *campus* Crato.

A entrevistada do *campus* Crato imprimiu um tom analítico mais propenso a versar sobre a práxis pedagógica. Ela revela que “Primeiro aconteceu a necessidade para

depois vir a organização do Núcleo, num processo inverso ao esperado”. Ela avalia que “... sempre houve possibilidade de inclusão, mas não havia um preparo institucional”.

Embora a estrutura física do *campus* venha sofrendo grandes transformações nos últimos anos, ela julga a acessibilidade “duvidosa, pois há rampas novas que, praticamente, impossibilitam a locomoção com autonomia de um cadeirante”.

Por sua vez, o administrador do *campus* Juazeiro do Norte analisou a questão inclusiva tentando abranger todas as dimensões da instituição. Ele lembrou que “No começo passamos por um momento em que se tinha que adquirir determinado instrumental para preparar a instituição, mas não tínhamos como justificar”.

Nesse sentido, há subversão de uma ordem lógica, segundo a qual as instituições devem, primeiro, preparar seus espaços e capacitar seu corpo docente para posterior enfrentamento dos desafios que a inclusão impõe.

Sob o olhar do entrevistado, um impacto interno “... perceptível é a atenção que hoje se dá a acessibilidade em tudo que se vai construir aqui”. Chama a atenção uma nova forma de conduzir os processos administrativos, também um pretexto para que a escola se modernize.

Aqui aflora a averiguação de que as instituições aspirantes a implantar uma educação para inclusão enfrentam descompasso entre a legislação, as orientações do MEC e a práxis limitante, que vincula a matrícula destes alunos para, só então, possibilitar concessão de recursos humanos/tecnológicos para dar suporte.

4.3 Faculdade de Tecnologia FATEC Cariri

Na FATEC Cariri não existem alunos com deficiência. Só houve uma experiência com um aluno com baixa visão, porém por menos de um semestre.

A análise do PDI (2011-2015) demonstra que há preocupação institucional com a inclusão social, haja vista o termo ter sido cunhado diversas vezes ao longo do texto. Contudo, ao estipular metas para o objetivo de otimizar o processo de inclusão, não há quantificação das possíveis ações inclusivas, colocando-as em conformidade com a necessidade.

A entrevista com a Pedagoga responsável pela FATEC Cariri oportunizou a compreensão da dinâmica organizacional, posto a forma racional que ela pensou a instituição. Ela ressaltou que, por ser uma organização social prestadora de serviço ao Estado, “O direcionamento é atender uma clientela carente”. Sob este viés,

portanto, “Há forte adequação às políticas de inclusão”, ratificando dados obtidos na análise do PDI atual.

Ao expor preocupação com a situação da FATEC Cariri frente à inclusão, afirma que “não há setor específico responsável por esta área e não foi oferecida, aos professores, nenhuma capacitação”.

Sobre a destinação de recursos à educação inclusiva pelo poder público, considera que “sendo muito escasso, não há, de modo contínuo, uma política de investimento na inclusão”.

A falta de um setor responsável pela inclusão tem muita repercussão negativa, pois “existe o oculto que se estabelece também fora da instituição, então os alunos com deficiência, já sabendo que não há abertura, acabam sem buscar a FATEC”.

4.4 Universidade Federal do Cariri – UFCA

Por ter sido transformada em universidade somente no ano de 2013, a UFCA ainda está em fase de elaboração do seu PDI. Sua administração superior vem seguindo os padrões da sua antecessora, a Universidade Federal do Ceará – UFC, e, assim, está tentando implantar a Secretaria de Acessibilidade.

Como há uma forte ligação com a universidade da qual se originou e os trabalhos ainda estão em início, optou-se por entrevistar a titular da Secretaria de Acessibilidade da UFC, a qual teve boa fluência em razão da clareza teórica que a entrevistada demonstrou.

Ao falar do processo de implantação da Secretaria, ela frisou que a Secretaria nasceu “quando o MEC criou o Programa Incluir – de âmbito nacional e cuja meta final era incentivar as instituições federais de ensino superior a criar núcleos de acessibilidade”. De forma gradativa, a instituição foi-se aprimorando para uma mudança de paradigma através de planejamento das etapas.

Ao tratar das barreiras que enfrenta, considera que a mudança de cultura é processual, “Romper barreiras não é fácil, e mais ainda as barreiras culturais que envolvem atitude, mentalidade e concepções”. Assim, mesmo os entusiastas da causa, podem, inadvertidamente, ter atitudes discriminatórias. A reflexão da entrevistada encontra amparo na perspectiva de que “a tolerância, um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quem tolera”. O caminho da valorização das diferenças, portanto, supera o mero respeito que “[...] pode implicar um

certo essencialismo, uma generalização, vinda da compreensão de que as diferenças são fixas [...] de tal modo que só nos resta respeitá-las.” (MANTOAN, 2004, p. 5).

Em verificação, *in loco*, constatou-se que o espaço físico do *campus*, de construção recente, aparentemente atende às normas de acessibilidade arquitetônica, mas algumas adaptações precisam ser feitas para atingir plenamente a norma.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao refletir sobre as interseções e hiatos encontrados nas instituições públicas estudadas no Cariri em relação à inclusão das pessoas com deficiência, a primeira ponderação incide sobre a incipiência das ações em todas elas, fato autodenunciado pelo inexpressivo registro de alunos com deficiência frente aos atuais 37 cursos superiores oferecidos, perfazendo, juntos, mais de mil vagas a cada semestre.

Decerto este ínfimo número não fala por si; a invisibilidade social a que são submetidas as pessoas com deficiência ecoa nesta temática. Assim, ele apenas espelha uma inflexibilidade: a perspectiva inclusiva assimilada apenas para cumprimento legal, entrincheirada em níveis elementares do sistema educacional.

Na RMC essa situação ganha conotação mais pronunciada, posto o histórico avanço que a região possui na área educacional e ainda a sua própria criação, direcionada ao desenvolvimento regional. Nas instituições pesquisadas há notória falta de combinação de forças para superação dos óbices que surgem a partir da incorporação de um novo modelo educacional no meio acadêmico, o qual deve significar um coletivo empreendimento de sentidos contra-hegemônicos capaz de colocar as instituições de nível superior na contramão do elitismo que marcou sua história.

A falta de setor ou instância interna para o qual convirja a coordenação das ações inclusivas, *lato sensu*, é grande entrave à incorporação das ações afirmativas. No que tange ao acompanhamento pedagógico e à conclusão de curso com sucesso, essa ausência torna-se verdadeiro abismo.

Os documentos oficiais das instituições precisam ser melhor trabalhados quando focam as questões de acessibilidade, sobretudo no estabelecimento de metas e prazos mais concretos. É importante, portanto, que as instituições incorporem, de forma autônoma e participativa, o tema da inclusão em seus documentos, encaixando-o nos projetos pedagógicos/planos estratégicos para atender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES que tem evidenciado a ausência e/ou inconsistências na acessibilidade dos ambientes acadêmicos, gerando diligências contínuas.

Além disso, é fundamental desenvolver um trabalho prévio que busque antecipar-se as demandas nascidas do processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse caminho, um importante ato é a adaptação e sinalização dos espaços físicos já existentes e a adequação de todos os projetos arquitetônicos, com observância irrestrita às normas da ABNT, a fim de evitar circunstância de pseudoacessibilidade.

Outra preocupação deve ater-se aos portais institucionais na internet, os quais devem garantir total acessibilidade a todos os públicos. Capacitação docente contínua e instalação de setor nas dependências da instituição é outra condição substancial para imprimir qualidade na incorporação da cultura inclusiva, saindo do mero cumprimento das leis.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Educação para todos. *In*: AUTOR. **Caminhos para as escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997. p. 11-28.

ANDRÉ, Marli E. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Revista Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 51-54. maio 1984.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-de-salamanca-sobre-principios-politica-e-pratica-em-educacao-especial.html>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> Acesso em: 6 jul. 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ – Conselho da Justiça Federal**, Brasília, ano 8, p. 3-19, set. 2004, 2004.
SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 14 fev.2013.